

Senado

# Jader admite ter omitido bens; FHC diz que CPI é desnecessária

Marcelo de Moraes  
De Brasília

O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), ocupou ontem a tribuna durante mais de uma hora para explicar, em discurso, a sociedade feita com o empresário José Osmar Borges, acusado de ser responsável pela má utilização de cerca de R\$ 133 milhões em recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Com um pronunciamento forte, afirmou que todas as transações foram públicas e registradas na Junta Comercial de Belém e declaradas ao Imposto de Renda. O senador aproveitou para apontar responsabilidades de escritórios de corretagem, localizados no Sudeste, que intermedeiam a liberação de recursos para projetos da Sudam, cobrando uma comissão de até 40% do valor a ser liberado.

“É por isso que muitos projetos da Sudam apresentam irregularidades fiscais. O empresário acaba tendo que pagar essa comissão de 40%, para escritórios da Avenida Paulista, e acaba apresentando notas frias e superfaturamentos. A situação é absurda e eu já denuncie esse procedimento há muitos anos”, lembrou.

Jader defendeu o governo, dizendo que não há necessidade de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades na Sudam. Porém, não poupou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), sem citar seu nome. “Meu erro foi o de ter resolvido enfrentar esse dono do mundo. E estou pagando o preço por isso”, disse, anunciando ainda que vai

processar a revista “Veja”, que revelou sua sociedade com José Osmar Borges. “Ele não explicou nada no discurso. Mas se o Senado não fizer investigações, corre o risco de cair no descrédito”, disse ACM depois do discurso.

O senador paraense disse que sua associação com José Osmar Borges aconteceu antes do aparecimento das denúncias do envolvimento do empresário com a suspeita de fraudes na Sudam. “Cometi o crime de não ser vidente. Eu tinha que saber que o senhor José Osmar Borges não tinha sua contabilidade regular, que ia ter problemas com o fisco. O José Osmar Borges que eu conheci era um empresário respeitado, com três ou quatro projetos da Sudam implantados”, justifi-

cou. “As pessoas transformaram os políticos e os empresários do Norte nessas figuras abjetas, responsáveis por todas as mazelas do país”, reclamou.

Sobre a sociedade estabelecida por sua mulher, Márcia, com José Osmar Borges para adquirir a fazenda Chão Preto, pagando apenas R\$ 207, Jader citou seu processo de separação conjugal. Na época, o senador estava se separando da primeira mulher — a hoje deputada federal Elcione Barbalho — e acabou incluindo a fazenda que viria a adquirir no nome de sua futura esposa, que é sobrinha de Elcione. “Quando se está em processo de separação judicial, não se costuma colocar bens novos no próprio nome para facilitar a discussão”, disse.

Entre os governistas, a reação ao discurso de Jader foi positiva. No PMDB, a fala forte de Jader também foi definida como “satisfatória”. O porta-voz da Presidência, Georges Lamazière, relatou que o presidente não ouviu o discurso de Jader, mas insistiu que não há motivos para a abertura de CPI. “O caso da Sudam é um exemplo claro. O governo está destampando um caldeirão cujos ingredientes não foram postos por nós”, disse Lamazière.

Nessas investigações, a Polícia Federal prendeu ontem 16 pessoas em Belém e Cuiabá, acusadas de envolvimento em irregularidades na Sudam. Outras 11 pessoas também devem ser presas nas próximas horas. (Colaboração Marluza Mattos)



Jader admite ter burlado o fisco: “Em processo de separação, não se costuma colocar bens novos no próprio nome”

17 ABR 2001

VALOR

RUY BARON VALOR